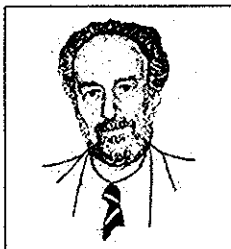


WASHINGTON NOVAES

## Lições que vêm de fora

Com a queda e o compungido, porta-vozes de empresas distribuidoras ou dirigentes do setor de energia anunciam que em março o Sudeste e o Centro-Oeste do País continuaram a consumir quase 7% menos do que o limite, enquanto no Nordeste a economia esteve próxima de 10%.



**Partículas emitidas por termoeletricas aumentam em 20% o risco de câncer de pulmão**

Poderíamos regozijar-nos, porque continuamos a economizar. Poderíamos lamentar que, depois de provar ser possível economizar mais de 20%, a sociedade já esteja readquirindo hábitos desperdiçadores. Mas não é nenhum dos dois casos. Simplesmente se lamenta a queda de faturamento, ignorando possibilidades e objetivos maiores.

Ao mesmo tempo, o Programa Interunidades da Pós-Graduação em Energia da USP manifesta preocupação porque o chamado programa de energia emergencial, já em execução para implantar 58 usinas termoeletricas móveis, poderá custar R\$ 16 bilhões. Se o governo implantasse ele mesmo essas usinas, diz o programa, investiria R\$ 2,5 bilhões, mas economizaria, em aluguéis das novas unidades, R\$ 8 bilhões (que o consumidor poderá ter de pagar se essa energia for usada). R\$ 5,5 bilhões a mais para o consumidor, que, em qualquer hipótese, paga a conta.

Haveria outras razões ainda para nos preocuparmos, fora o desperdício de dinheiro do consumidor. A revista *Time* cita estudo feito em 116 cidades norte-americanas, mostrando que aumenta em 20% o risco de câncer no pulmão para quem respira as diminutas partículas emitidas por termoeletricas, principalmente se movidas

a óleo diesel – caso de muitas das usinas previstas aqui. A Universidade de Birmingham também está mostrando – depois de acompanhar 500 mil pessoas durante 16 anos – que mais de 20% dos casos de câncer do pulmão em áreas urbanas dos EUA são causados pela poluição do ar, inclusive pe-

los poluentes de usinas termoeletricas. A taxa de câncer cresce 8% a cada aumento de 10 microgramas por metro cúbico na concentração de partículas com diâmetro inferior a 2,5 micrômetros (o limite estabelecido pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA é de 15 microgramas, mas Nova York já está com 16 e Los Angeles, com 20; Londres tem 32, Pequim e Nova Délhi chegam a 300).

Problemas desse tipo em países que dependem muito de combustíveis fósseis já estão levando a novas estratégias energéticas. Na Grã-Bretanha, a partir deste mês, as empresas em geral passarão a pagar uma sobretaxa de 15% sobre o consumo de energia, mas poderão ter abatimentos se implantarem projetos que as levem a reduzir seu consumo.

Na verdade, os britânicos já estão pondo em prática vários projetos para mudar suas fontes de energia, reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No ano que vem começará a funcionar uma das 18 “fazendas” marinhas que produzirão energia a partir dos ventos. E há poucas semanas foi anunciada a estratégia governamental de reduzir as emissões de carbono em 20% nesta década e em até 50% em meados deste século. A energia solar e dos ventos deverá atender a 20% do

consumo britânico até 2020.

E, enquanto no Brasil nem sequer se consegue chegar perto de algum planejamento que dê prioridade a miniusinas hidrelétricas – mais eficientes, sem perdas na transmissão, com investimento muito menor –, na Grã-Bretanha e na Holanda, pelo menos, já se implantam nas residências microusinas domésticas a gás natural para fornecer energia e calefação, que podem reduzir o consumo em até 35% e pagam o investimento em três anos. Um dos tipos de usina doméstica “ressuscitada”, usando aço e cerâmica mais eficientes, um modelo criado no início do século 19: o motor Stirling, em que diferenças internas de pressão num tanque de gás movimentam um pistão que gera energia. A energia que sobra no verão (quando a calefação é desnecessária) pode ser vendida à rede pública. Segundo um cálculo da revista *New Scientist*, se todas as 13 milhões de residências britânicas usassem esse sistema, seria possível reduzir em 16 milhões de toneladas anuais as emissões de poluentes – o que corresponde a 61% da redução a que o

país se comprometeu no âmbito do Protocolo de Kyoto.

Paralelamente, a Câmara dos Comuns desse país abre investigação para saber por que foi excluída de um relatório oficial a recomendação de que o preço da eletricidade gerada em usinas nucleares inclua o custo de seguros totais contra o risco de acidentes (hoje só cobrem até US\$ 220 milhões, o resto fica por conta do governo), quando nos EUA a cobertura vai até US\$ 9 bilhões. Com uma contabilidade mais abrangente, o custo da energia nuclear perde uma de suas apregoadas vantagens. Como seria aqui?

Em compensação, nos EUA o Departamento de Energia – brigando na Justiça com o governo de Nevada – decidiu levar adiante o projeto de implantar sob a Yucca Mountain um depósito para 77 mil toneladas de rejeitos altamente radiativos das usinas nucleares norte-americanas. Contraria cientistas e ambientalistas que apontam o risco de contaminação dos lençóis subterrâneos e de ocorrência de terremotos (há poucos anos, houve um de 5,3 pontos na escala Richter, a três milhas do local do depósito).

Enquanto o mundo se debate com os dramas de seus modelos energéticos, as notícias preocupantes na área de mudanças climáticas não param. Diz o British Antarctic Survey que o oceano nessa região se está aquecendo duas vezes mais que no restante dos mares. Pode reduzir-se a capacidade de reter carbono, aumentar a poluição atmosférica. Uma gigantesca geleira se desprendeu na Antártida e está se fragmentando.

Razões para sermos prudentes não faltam. Faltam coragem e decisão para olhar de frente a insustentabilidade de que estamos vivendo, já apontada em numerosos documentos incontestados.

